



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 59ª  
(QUINQUAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 07 DE AGOSTO DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

O Deputado Olair Francisco comunica que, por força maior, não poderá comparecer à sessão ordinária nesta data. Como é de conhecimento desta Casa, o nobre Deputado Dr. Michel se encontra de licença médica.

Como temos atualmente cinco Deputados e para começar o Pequeno Expediente e os Comunicados de Líderes nós precisamos de seis, suspendo a sessão por cinco minutos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes da suspensão, eu comunico a V.Exa. que vou sair daqui às 15h30min porque



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

tenho dois exames a serem feitos lá em Taguatinga, para tentar descobrir o que está acontecendo com a minha voz, que anda falhando, querendo me deixar sem falar, e sem voz não sou ninguém. Portanto, vou cuidar dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Tudo bem, Deputado Chico Vigilante.

Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 15h17min, a sessão é reaberta às 15h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Atingido o *quorum* regimental, a sessão é reaberta.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou insistir novamente em um assunto que tenho trazido a esta tribuna constantemente: a questão do preço cartelizado dos combustíveis do Distrito Federal.

Todos nós que moramos em Brasília sabemos que aqui existe um cartel criado há muito tempo, ele nasceu com o início de Brasília. E esse cartel que domina o preço do combustível no Distrito Federal faz com que tenhamos uma das gasolinas mais caras do Brasil. Eu conversava há pouco com uma funcionária aqui desta Casa, inclusive ela é assessora aqui da Mesa, a Euza, que me dizia, Deputada Arlete, que ela sempre fez um quadro comparativo entre o preço da gasolina no Distrito Federal e no interior de Minas, mais precisamente na cidade de João Pinheiro. E a verdade é que agora, ela me dizia há pouco, o preço praticado no Distrito Federal superou o de João Pinheiro em Minas Gerais. Em João Pinheiro, é R\$ 2,99; e aqui, no Distrito Federal, é R\$ 3,15. O valor da chamada gasolina aditivada está mais caro ainda. Eles subiram 12 centavos na gasolina aditivada e tiveram a cara de pau de dizer que o valor dessa gasolina cresceu porque com a gasolina nova que a Petrobras lançou – e que não tem um centavo de aumento, o valor é o mesmo – os carros rodam mais com ela. Eles estão dizendo que os carros rodam mais. E, se rodam mais, eles decidiram cobrar mais.

Na verdade, isso é o preço da ganância de um cartel que agride a cidade constantemente, mas que é muito poderoso. Nós vimos recentemente o dia em que o meu segundo projeto de lei, que busca um mecanismo de conter esse cartel, passou na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Eles acharam que nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

iríamos votar o projeto de imediato e estavam aqui dentro do plenário, no maior cinismo, de Deputado em Deputado, conversando com eles para que não votem o projeto.

Portanto, eu acho isso de uma gravidade... Acho que esta Casa precisa reagir. O Parlamento da Capital da sexta economia do mundo não pode ficar aceitando esse tipo de coisa. Isso é uma vergonha! É necessário que esta Câmara Legislativa tenha autonomia e que os Deputados tenham vontade própria e estejam dispostos a enfrentar esse cartel.

Há outro ponto que quero abordar rapidamente, Deputado Joe Valle. Eu estava lendo o jornal eletrônico 247 – um bom jornal, funciona 24 horas, sete dias por semana, com as mais variadas opiniões e as mais diferentes notícias –, e ele dava conta de um fato interessante. Nós acompanhamos através da imprensa a construção de um aeroporto no Estado de Minas Gerais, na cidade de Cláudio, no terreno de um familiar do candidato Aécio Neves. Isso foi construído quando Aécio era governador de Minas. E o que noticia o Jornal 247, Deputada Arlete Sampaio? Notícia que o agora candidato Aécio Neves foi buscar um parecer do Sr. Ayres Britto, que foi presidente do Supremo Tribunal Federal, foi ministro do Supremo e se apresentava como verdadeiro vestal. O Aécio vai lá buscar um parecer do jurista para ele dizer da legalidade do ato de ele ter construído um aeroporto em um terreno privado.

O interessante, Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, é que o Ayres Britto, pelo parecer, cobrou 50 mil reais para o Sr. Aécio sair por aí exibindo esse parecer e dizendo da legalidade. Eu vi o parecer, que é uma folha de papel, só uma folha em letras grandes, porque se fosse em letras pequenas, talvez, seria necessário apenas meia página. Na verdade, não é uma folha, é uma página. Folha é quando é frente e verso.

Nós precisamos, este País precisa, à medida que avançamos na consolidação da democracia – eu não tenho dúvida de que vai chegar esse momento, e acho que está passando da hora –, que um ministro do Supremo, jurista da mais alta Corte do nosso País, fique proibido de fazer consultoria, proibido de advogar, proibido de uma série de coisas, porque ele chegou a um ponto máximo. Ele chegou ao topo da carreira e sai com uma aposentadoria gorda e cheia. Para que ficar fazendo consultoria, em menos de dois anos que saiu do Supremo Tribunal Federal, dando consultoria e recendo 50 mil reais por quatro palavras, para um candidato que encomendou sair dizendo que o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal atesta a legalidade.

Isso é uma vergonha! É realmente inimaginável que essas coisas continuem acontecendo no nosso País.

Agora, eu fico imaginando se fosse um governador do PT, um prefeito do PT, ou um ministro do PT, que tivesse determinado a construção de um aeroporto em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

um terreno de um familiar. Certamente todos, o Globo, todo mundo teria ficado, no mínimo, três semanas, ou quatro semanas, ou quatro meses, falando sobre o assunto.

No dia em que essa matéria saiu no jornal, eu disse que ela tinha tempo marcado, que essa notícia não duraria nos jornais nem dois dias. E, realmente, Deputado Cláudio Abrantes, ela não ficou dois dias, porque a chamada mídia familiar brasileira, mídia familiar comercial tem lado. Só que a mídia no Brasil, ao contrário da mídia dos Estados Unidos, que tem lado e se apresenta como tal, aqui ela se apresenta dizendo que é independente, dizendo que é autônoma. Que autonomia é essa? Quer dizer, só há um lado, e ainda dizem que são autônomos; só há um lado, ainda dizem que são independentes. E, quando alguém fala em acabar com esses abusos, Deputado Chico Leite, ainda dizem que estão querendo censurar.

Não tem nada disso não. Estamos querendo acabar com os abusos, porque, com o fim da Lei de Imprensa, ficou pior ainda: ser atacado, caluniado, vilipendiado. E não há reparos. Quando você é atacado e entra na Justiça, nunca recebe. Eu mesmo já ganhei aí de alguns malandros que andaram falando mal de mim. Eu estou até precisando muito de dinheiro, eu tenho uma grana para receber, mas os caras não me pagam, e a Justiça não determina que seja pago.

Os jornais, quando você ganha na Justiça, Deputado Alírio Neto, não publicam uma vírgula, dizendo que você ganhou, uma vírgula! Agora, o que me incomoda, o que me deixa triste é que todos os parlamentos, os governos de estados e o Governo Federal se curvam a esse tipo de coisa.

Quem é o maior financiador disso? O Banco do Brasil. Quem é o maior? Caixa Econômica, Petrobrás, Eletrobrás, é toda essa gente. Eu não estou dizendo que eles têm que acabar com a publicidade. Estou dizendo que tem que haver critério. Estou dizendo que, quando atacarem a honra e a dignidade de uma pessoa, a resposta teria que ser de imediato. Mas não dão. Muitas vezes, nem ouvem a pessoa. E agora é comum – eles, talvez, se escondam na questão de a nossa telefonia ser muito ruim – eles darem a matéria e dizerem: “O outro lado não foi encontrado para comentar a respeito”. Se forem ficar dependendo da nossa telefonia, não vão encontrar mesmo não. Inclusive, quanto à nossa Oi aqui, eu continuo dizendo que, se fizerem um campeonato, não tenho dúvida, ela vai exibir o troféu da pior empresa de telefonia do Brasil.

Fica aí, Sr. Presidente, já que não votamos, pelo menos vamos falar aqui neste plenário.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero parabenizá-lo pela coragem e pela determinação. Eu sempre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

soube que V.Exa. é um homem muito corajoso. Eu, de vez em quando, tenho falado sobre isso aqui.

Há algumas coisas que eu não consigo entender nos meios de comunicação do Brasil, e a relação dos meios de comunicação também principalmente com o Estado. Se é uma concessão pública, concessão do Estado, por que, então, quando o Estado vai anunciar ele tem que pagar? É um negócio meio estranho, não é? Concessão pública, até pouco tempo atrás, Deputado Chico Vigilante, V.Exa. se lembra de que ela não poderia ser transferida; ela era personalíssima, não é? E temos aí algumas coisas que nos surpreendem: pessoas que nunca tiveram concessões aparecem donos de concessão de televisão, de rádio, e não é permitida a transferência. Não era, até então, foi alterada há pouco tempo. Isso aí desde o monopólio maior, que é o da Globo, até as menores também, passando pelas rádios. Todos nós sabemos disso.

Se é uma concessão, por que o Estado tem que pagar? É como você emprestar seu carro para alguém, pedir uma carona, e o cara falar: "Olha, só lhe dou uma carona se você me pagar". É mais ou menos assim que eu vejo. Então, eu tenho uma posição muito semelhante à sua posição.

Eu diria mais ainda. Constantemente as notícias saem, e quando você vence, quando você ganha as ações, não falam uma linha.

Eu tive um episódio quando fui Presidente da Câmara Legislativa. Equivocadamente abriram um inquérito com relação à verba de minha campanha, minhas contas eleitorais. Alguém foi ao Ministério Público e disse que a assinatura que estava no recibo eleitoral não era dele. Eu fui chamado, abriram o inquérito, chamaram a imprensa. Eu era o Presidente da Câmara. Isso saiu em todos os jornais. Disseram que havia suspeita sobre recibo eleitoral emitido por mim.

Quando eu cheguei lá, o delegado me mostrou o recibo e perguntou: "O senhor conhece essa assinatura que está no recibo?" Eu falei: "Conheço". "De quem é essa assinatura?" Eu falei: "É do meu tesoureiro de campanha." Ele disse: "Mas o donatário disse que não reconhece essa assinatura". Eu disse: "É claro. Quem dá recibo é quem recebe. Eu recebi, eu dou recibo. Quem faz a doação não recebe recibo, ele é o doador. Quem dá o recibo é quem recebe, o nome já diz. Mas, doutor, o senhor faz o seguinte: todo recibo tem a contraprova, e a contraprova é assinada pelo doador e vai dentro da prestação de contas". Isso foi naquela época em que ainda havia o recibo de doação. "Então, a sugestão que dou" – falei, na época, para o delegado – "é o senhor chamar o doador e pedir para ele assinar três vezes num papel em branco. Pede a prestação de contas que está no Tribunal, pega a contraprova e compara com a assinatura da pessoa." O delegado falou: "Que boa ideia, não é?" Era uma boa ideia.

V.Exa. sabe o que aconteceu com o inquérito? Foi arquivado. Depois a pessoa veio dizer que se equivocou, que esqueceu que tinha feito a doação. Fez um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

pedido, porque isso é crime, inclusive. Mas em momento algum saiu na mídia que a pessoa tinha me difamado de forma incorreta, que se arrependeu depois, que reconheceu a própria assinatura e que a doação era dela. E nunca mais se comentou isso.

Eu só estou contando para V.Exa. como é que as coisas são, para termos noção. Algumas vezes, eu subo aí na tribuna e falo dessas injustiças que têm acontecido constantemente, principalmente para quem é pessoa pública.

Sobre as pessoas públicas, hoje, no Brasil, há um pressuposto de que somos culpados antecipadamente. O ônus da prova está invertido totalmente. Às vezes, nós somos, de alguma forma, agredidos e até explorados. O que há hoje, no Brasil, são pessoas medindo os outros por sua personalidade. Aquilo que elas seriam capazes de fazer, elas acham que nós estamos fazendo. Essa é que é a verdade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Alírio Neto e o incorporo ao meu pronunciamento. S.Exa. tem toda razão.

Ainda há uma figura pior, Deputado Alírio Neto: a do político que diz que não quer político perto dele. Eu vi umas declarações do Aécio Neves dizendo que em determinados ministérios dele não vai haver políticos. É como se o político fosse um leproso, não é? E eu estive aqui fazendo um pronunciamento ontem, mostrando que a primeira atividade dele foi ser secretário do avô. Além de ser indicação política, ainda era nepotismo. Há essas coisas.

Existe a satanização da política no Brasil, e nós precisamos, efetivamente, enfrentar isso, temos que ter coragem para enfrentar isso.

Nós vamos travar esse debate – V.Exa. lá na Câmara dos Deputados, se Deus quiser, e eu aqui na Câmara Legislativa – sobre a democratização dos meios de comunicação. Vamos sustentar esse debate. Não é censura, não. É democratização.

Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz hoje à tribuna são dois assuntos específicos. O primeiro é ligado à agricultura, portanto eu gostaria de ter a atenção do nobre Deputado Joe Valle, que representa muito bem esse segmento. E o outro é ligado ao trânsito, principalmente ao Paranoá e Itapoã.

Eu recebi, por parte de engenheiros, Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, sugestões no sentido de fazer, ali na barragem do Paranoá, a opção de uma terceira via, onde, de manhã, no fluxo maior, ficariam duas faixas funcionando, e à tarde voltariam as duas faixas reversíveis, de maneira que se pudesse diminuir aquele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

gargalo de trânsito. É uma ação pequena, principalmente ali onde há a usina geradora, para se fazer um complemento. É só um gancho que precisa ser complementado, o que facilitaria, e muito, o trânsito naquela região.

O outro assunto é ligado à produção de morangos de Brazlândia. Eu recebi um pessoal – amigos de colegas do Senado Federal – que me contou uma história que me deixou um pouco triste, Deputado Joe Valle. Houve um grande incentivo à expansão da produção de morangos – nós todos sabemos – em Brazlândia, e a Secretaria de Educação ficaria responsável por comprar para a merenda a maioria da produção de morango. Diretamente, a Secretaria de Educação faria isso. Então, depois dos investimentos, da expansão da produção, Deputado Alírio Neto, a informação é de que a Secretaria de Educação estabeleceu uma quota pequena para adquirir diretamente do produtor e remeteu para os grandes produtores, principalmente na Ceasa, a compra do restante. A tese é até interessante porque a ideia seria colocar em contato os produtores com esses grandes compradores, mas, economicamente, não surtiu efeito porque, quando se coloca um intermediário na aquisição, o preço pelo qual esse intermediário adquire é subtraído exatamente do lucro que esses produtores de morango de Brazlândia esperavam.

Então, acho que a Secretaria de Educação poderia rever isso porque, se ela vai pagar a mais para um intermediário maior ou um grande comprador de morango, que pague diretamente para o produtor, de maneira que possa fomentar a sua produção e estimular uma coisa que é uma grande referência aqui em Brasília, a produção de morangos em Brazlândia.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu queria agradecer ao Deputado Agaciel Maia pelo seu costumeiro interesse por esses assuntos. Eu quero só reforçar o que V.Exa. está falando, já o parabenizando pelo assunto. Isso é ilegal, simplesmente ilegal. A lei é muito clara. Ela fala de 30% da agricultura familiar. A secretaria não pode comprar de empresário. São 30% da agricultura familiar e, como grande parte dos produtores de morango são agricultores familiares, obrigatoriamente a secretaria tem que comprar deles. Ela não pode comprar de empresário. É uma questão de a gente fazer uma denúncia e uma investigação, porque há uma proibição clara. Não existe possibilidade, pela lei, de que haja esse tipo de coisa, a não ser que ela já compre os 30% do agricultor familiar e não haja mais produtos do agricultor familiar para fornecer para a educação. Essa lógica não existe. Definitivamente, isso aí não existe. Se estiver acontecendo, é ilegal! E, se é ilegal, alguém tem que ir para a cadeia.

Eu acho que a gente podia, inclusive, fazer uma representação em relação a isso aqui na Câmara Legislativa. Se V.Exa. me permitir, como Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Casa, vou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

fazer um requerimento para ser aprovado na comissão, para que a gente possa esclarecer isso definitivamente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Para mim é muito interessante o seu aparte porque V.Exa. é uma referência no que diz respeito ao agronegócio aqui de Brasília, que tem tido, inclusive, uma grande alavancagem. Existe um grande incentivo a ele, mas acho que essas distorções são desgastantes para o produtor e, principalmente dentro de um processo eleitoral, são fazer um gol contra. Portanto, já que V.Exa. é Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e conhece profundamente os aspectos da agricultura aqui do Distrito Federal, eu queria passar essa missão a V.Exa. para que apurasse isso. Foi essa a informação que me foi passada por um dos produtores. Eu estranhei e assumi o compromisso de que pediria uma explicação hoje em plenário.

Portanto, Sr. Presidente, são esses os assuntos que eu queria tratar nesta sessão. Agradeço a generosidade de V.Exa. quanto ao tempo e agradeço a todos os Parlamentares aqui presentes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria de, primeiro, dizer que essa questão é muito crítica. Quando se prepara uma legislação para o crescimento e o desenvolvimento principalmente da agricultura familiar no Distrito Federal, se dá todas as condições, o embasamento legislativo, que é o que esta Casa pode fazer. Ela trabalhou enormemente para que isto acontecesse: uma lei exemplar que hoje é copiada por todo o Brasil, até pelo mundo, porque países africanos estão visitando e conhecendo essa legislação, que é a Lei do Papa. Essa lei aperfeiçoa uma legislação federal, que é o PAA e o PNAE. O PNAE é verba que vem do Governo Federal para aquisição da alimentação escolar. Aqui no Distrito Federal se trabalhou isso de uma forma extremamente importante, com muito foco.

A produção de morango em Brazlândia, levantada aqui pelo Deputado Agaciel Maia, é um potencial, gera mais de mil empregos diretos. Buscou-se um aperfeiçoamento a partir de 2009, ainda no Ministério da Ciência e da Tecnologia, quando nós trouxemos uma plataforma tecnológica para cá e financiamos com recursos do governo federal um arranjo produtivo local do morango, para toda a cadeia do morango. Esses produtores se especializaram. O governo financiou câmaras frias, equipou esse processo para que eles, vendo referências aqui no Brasil e no mundo – alguns deles viajaram para fora do país para ver a produção de morango –, se potencializassem, se preparassem, trabalhassem tecnologicamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

para produzir o morango mais seguro do País. Essa era a lógica do arranjo produtivo então colocado à época.

Num outro momento, o governo aprova uma lei que permite que esses produtores, agricultores familiares, pudessem vender parte da sua produção para o próprio governo, fomentando o desenvolvimento. Essa é uma lei específica de fomento. Portanto, há que se comprar do agricultor familiar. Não importa só o quesito preço. Logicamente ele tem que ser verificado, o produto não pode ser comprado no preço acima do mercado local. Ele compra na média do mercado local, mas do produtor local, Sr. Presidente. Isso é fomento.

Infelizmente, por falta de comunicação dentro do próprio governo – e pior, dentro da própria secretaria –, algumas coordenadorias, alguns profissionais dessa área, não entendendo esse processo de que o governo é um todo, fazem essas compras pelo quesito único e exclusivo preço. Ora, se eu tenho uma grande empresa que tem uma escala gigantesca, ela logicamente vai ganhar no preço. Pensando pelo lado da secretaria, única e exclusivamente governo, o funcionário não deixa de estar certo, porque ele comprou pelo preço mais barato. Mas a que leva esse preço mais barato? Ele leva exatamente ao não desenvolvimento da região local de produção, que traz muitos outros benefícios para o próprio governo.

Então, é a famosa economia porca, a economia na qual não se tem conhecimento. Isso para dizer se foi bem intencionado, porque pode ter havido má intenção nesse processo. Nós vamos fiscalizar isso, para deixar claro nesse processo que há uma falta de comunicação entre os órgãos do governo. Eu não estou falando só deste governo, este é um modelo que acontece em vários lugares.

Eu quero parabenizar o Deputado Agaciel Maia, que como Deputado e Vice-Presidente da Casa, aventou essa possibilidade e nós faremos a fiscalização que cabe à Câmara Legislativa fazer. Também complementando, aproveitando a participação do Deputado Agaciel Maia em todos os assuntos ligados a isso e aproveitando a sua sensibilidade, nós precisamos fazer alguma coisa.

A área rural está isolada. O transporte na área rural é não só ineficiente e ineficaz, mas agora também ausente. Muitos núcleos rurais estão sem atendimento nenhum de linha de ônibus, estão completamente isolados. A área rural do Distrito Federal, a 40, 50, 70 quilômetros do Palácio do Planalto, não tem transporte público. Não tem transporte! Para se deslocarem de lá, as pessoas têm de ter carro próprio. Como os agricultores familiares, em sua grande maioria, não têm, ficam lá, não têm como se deslocarem para a cidade, como se estivéssemos há 50 anos e precisássemos fazer o transporte no lombo do burro, a cavalo.

Essa é uma situação ridícula, terrível, impossível de acontecer na capital da República, como disse aqui o meu companheiro Deputado Chico Vigilante, na capital da sexta ou sétima economia do mundo. Não há transporte! O contrato existe, mas as empresas, por terem feito esses contratos em outros momentos, sabe-se lá como,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

por não haver fiscalização adequada, elas simplesmente não vão lá, não dão a volta. Falam que não tem cliente, não tem quem se transporte. Se for assim, não haverá transporte na área rural de jeito nenhum.

Quando fazem esses contratos, elas assumem esses espaços, porque aqui se ganha mais do que o suficiente, e em compensação se assume esse daqui, porque é necessário para a população. Isso é constitucional. Esse é um exemplo que também traz consigo o da telefonia. Não temos comunicação de qualidade; aliás, ela é de péssima qualidade na área rural. Da mesma forma, as empresas chegam aqui, vendem milhares e milhares de linhas telefônicas em um pequeno espaço e, quando chegam à área rural, não prestam um serviço de qualidade.

Outra coisa, Sr. Presidente: mais uma vez recorrendo ao seu costumeiro bom senso e costumeira ajuda, podemos fazer aqui requerimentos de fiscalização para que tenhamos condições de melhorar esse espaço, já que estamos tão próximos do Palácio do Planalto, na capital da República, na capital da sexta ou sétima economia do mundo e, do lado, vivemos como se estivéssemos no mais longínquo vilarejo da América Latina.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Joe Valle, a fala de V.Exa. nesta tarde é muito pertinente. Como começamos um trabalho muito forte ligado à área de transporte, o que é mais grave e me deixa mais preocupada é que isso não ocorre só na área rural. Hoje, se V.Exa. chegar ao Gama e pegar um transporte público para vir ao Plano Piloto, que deveria levar 40 minutos, como vem sendo anunciado na televisão, vai gastar quase 3 horas, porque dezesseis linhas foram desativadas dentro do Gama e montaram oito. Hoje, o ônibus passa em um pinga-pinga dentro do Gama e larga os passageiros no BRT para serem amassados lá.

Quando percebemos que nem a área urbana está sendo cuidada, imagine a área rural, na qual V.Exa. vem atuando com tanta prioridade no seu mandato. Coloco-me lado a lado com V.Exa. nessa luta pelo transporte público, para defendermos a mobilidade urbana. Nem quem mora hoje dentro do Distrito Federal está conseguindo ter essa mobilidade. Eu falava isso, Deputado Joe Valle, desde o ano passado, porque foi diminuído o número de ônibus que existia dentro das linhas. O edital diminuiu o número e o tamanho dos ônibus. Eu sempre falei que iria piorar o transporte. Havia linhas em que o ônibus passava de uma em uma hora; agora há linhas em que o ônibus passa de duas em duas horas, porque diminuímos o número de ônibus.

Conte comigo. Parabenizo-o pela fala, que é pertinente. Temos percebido isso em todos os locais quando falamos de mobilidade e transporte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Muito obrigada pelo aparte.

DEPUTADO JOE VALLE – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão e o incorporo ao nosso pronunciamento. Não só lhe dando razão, digo que é impressionante quando se fala em gestão ou na ausência de gestão. Quero deixar isso bem claro.

Sr. Presidente, mais uma vez, reforço, sabendo da sua conduta e do seu trabalho, e, Deputado Rôney Nemer, da sua atuação na área rural, estou aqui pedindo socorro pelo transporte na área rural que, se era pouco, de seis em seis horas, agora é ausente. Eu sei que está lá e compreendo a competência de quem está no DFTrans hoje, que é o Sr. Tedeschi. Eu faço um apelo para que possamos fazer isso, porque hoje os meninos estão sem transporte. Os habitantes da área rural de muitos núcleos rurais estão sem ter um ônibus que os transporte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

– Ata da 58ª Sessão Ordinária.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia, eu queria trazer um tema à tribuna nesta tarde: é sobre uma cobrança, um compromisso que foi firmado. Eu trouxe esse tema à tribuna desta Casa no ano passado, quando as famílias do Varjão, Deputado Rôney Nemer, foram retiradas daquela área de transferência. Nós sabemos que aquelas famílias estavam lá havia quase 15 anos e foram removidas para aquela área de transferência pelo próprio Estado, pelo Governo. A operação de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

retirada foi muito truculenta, Deputado Rôney Nemer. Eu estive presente naquela área e vi que o Governo se comprometeu a começar as obras no dia seguinte à remoção. No entanto, faz um ano e meio, Deputado Rôney Nemer, que essas famílias têm vivido desse aluguel social, que estão lá jogadas, porque o valor não dá para pagar um aluguel no Varjão. V.Exa. sabe que aquela é uma área cercada de áreas nobres. É uma área cara para se pagar um aluguel, que é de 700, 800, 900 reais. A ajuda do governo é de R\$ 400,00. As famílias estão numa situação muito precária.

Eu queria fazer esse apelo aqui. Será que nem na época da campanha o governo não vai ter boa vontade de iniciar essas obras? Eu queria que a mesma boa vontade que ele teve para construir o Estádio Mané Garrincha ele tivesse para construir casas populares lá onde ele mesmo derrubou. Quando faltou gente para construir o Estádio Mané Garrincha, até os servidores da Novacap foram solicitados.

É esse apelo que eu quero fazer aqui. São 300 famílias que aguardam a moradia com o compromisso do governo de iniciar as obras no dia seguinte. A desculpa tem sido que as empresas têm apresentado documentação ruim. Ora, a Novacap pode construir estádio e não pode construir casa popular, que o governo prometeu que seriam levantadas no dia seguinte?

O governo tem como fazer isso. Talvez a minha dúvida seja realmente, Deputado Agaciel Maia, se ele quer fazer, porque é uma área muito nobre ali no Lago Norte. Causa, inclusive, uma suspeição muito grande porque essa promessa foi feita há quase dois anos. Está lá a área vazia, os moradores estão querendo habitá-la e não há nenhuma resposta do governo.

Eu queria pedir nesta tarde que o governo desse uma demonstração de compromisso com aquelas famílias que foram retiradas de lá, um compromisso de honestidade, de respeito, de que a palavra tem que valer. Se fosse eu a governadora que tivesse tirado 300 famílias no cacete, como foram tiradas aquelas famílias dali... crianças foram retiradas das mães, usaram *spray* de pimenta. Até eu que sou Deputada tomei uns empurrões naquele dia. Você imagina se eu não estivesse lá o que teria acontecido com a população. O meu pedido é que se resgatem e se cumpram os compromissos que foram feitos ali, pois os governos que prometem e não cumprem têm sido trocados.

Então, eu gostaria de pedir aqui, nesta tarde, que a população do Varjão fosse atendida conforme o governo prometeu e que as obras se iniciassem.

Era essa a minha fala.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
07   08   2014	15h10min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Não mais havendo Deputado que queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h55min.)